

Parecer nº 68/98

Data: 1998.06.17

Processo nº 402

Reclamante: Lourambi – Associação para a Defesa do Ambiente no concelho da Lourinhã.

Entidade reclamada: Câmara Municipal da Lourinhã.

1. O Pedido

Lourambi – Associação para a Defesa do Ambiente no concelho da Lourinhã, solicitou Câmara Municipal, em requerimento dirigido ao seu Presidente, em 6 de Abril de 1998, que lhe fosse passada certidão de toda a documentação relativa às análises feitas, de acordo com as disposições do DL 74/90, de 7 de Março, pelos serviços camarários da Lourinhã, em 1996 e 1997, relativas à qualidade da água para abastecimento público.

Em 1 de Junho corrente, foi apresentada à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) a presente reclamação, por não ter sido prestada sobre o requerido qualquer informação.

2. Apreciação

2.1. A reclamação respeita os prazos legais previstos na Lei 65/93, de 26 de Agosto (LADA) quer para a formação do indeferimento tácito (35 dias, de acordo com o nº 3 do artigo 15º), quer para a sua apresentação à CADA (10 dias, nos termos do nº 1 do artigo 16º);

2.2. O conteúdo da certidão pedida corresponde a informação de acesso geral, tendo em conta as disposições da Lei do Acesso aos Documentos

Administrativos - LADA (cfr. designadamente, o artigo 3º, a alínea a) do nº 1 do artigo 4º e o nº 1 do artigo 7º).

Assim, qualquer cidadão poderia solicitá-la e tanto mais que os dados referidos correspondem ao cumprimento de determinações de um diploma legal: o DL 74/90, de 7 de Março.

Assim sendo, a menos que a Câmara assumisse e invocasse o incumprimento dessa Lei, a documentação relativa às análises da água para consumo público deverão estar na sua posse e é acessível, maxime, a uma organização para a defesa do ambiente do concelho em cuja área intervem.

A tácita recusa de satisfação do pedido, sem reserva plausível que a Câmara Municipal da Lourinhã possa opor, a simples e imediata aplicação dos princípios da LADA, cuja análise se dispensa, leva-nos a emitir parecer favorável sobre esta reclamação, pois é dever da Câmara Municipal da Lourinhã fornecer a certidão pedida, mediante o pagamento do respectivo custo.

Conclusão

Consideram-se, portanto, verificados todos os requisitos e fundamentos para concluir que deverão ser facultados à associação reclamante as certidões dos documentos que pretende, nos termos em que os requereu à Câmara Municipal da Lourinhã.

Para os devidos efeitos e nos termos do nº 2 do artigo 16º da LADA, remeta-se esta deliberação às entidades reclamante e reclamada.

Lisboa, 17 de Junho de 1998.

Branca do Amaral (Relatora) – José Magalhães – João Figueiredo – Francisco de Brito - José Renato Gonçalves – João Labescat – Castro Martins (Presidente)